

Economia

COMUNICAÇÕES

Vodafone tem de devolver dinheiro de serviços não pedidos

TRIBUNAL Operadora interpôs dois recursos após decisão desfavorável do Supremo, mas foram recusados
PROCESSO Ação popular beneficia todos os clientes e ex-clientes

Em causa estão serviços para além do plano de voz e de dados



Raquel Oliveira

A Vodafone vai mesmo ser obrigada a devolver aos clientes os montantes pagos pela ativação automática de serviços adicionais não solicitados, desde 2011, tal como decidiu o Supremo Tribunal de Justiça. A operadora tinha interposto dois recursos para Uniformização de Jurisprudência que não foram admitidos pelo STJ, adiantou ao CM fonte daquele tribunal. O acórdão é aplicável a todos os clientes e ex-clientes

da Vodafone, já que se trata de uma ação popular. Em causa estão, nomeadamente, "os serviços de dados extras (i.e. pacotes extra de Internet móvel), serviços de voz extras, serviços de conversão de voz para texto", concretiza a Citizens Voice - Consumer Advocacy Association, promotora da ação popular.

Na sua página oficial, a Citizens Voice sugere o texto que deve ser entregue na área de reclamações da operadora de comunicações. Para aferir dos montantes pagos, os

ASSOCIAÇÃO CITIZENS VOICE EXPLICA COMO RECLAMAR MONTANTES JUNTO DA VODAFONE

clientes podem pedir à Vodafone o envio de "segundas vias das faturas emitidas desde 12.12.2011 até à data da última fatura emitida", sugere ainda aquela associação de consumidores.

O STJ tinha condenado, em fevereiro de 2022, a Vodafone a restituir, "aos autores populares, dos paga-

mentos adicionais que lhes tenham sido cobrados, em virtude da ativação automática de serviços adicionais não solicitados". Na sequência do acórdão desfavorável, interpôs ainda dois recursos, entretanto recusados.

Segundo o acórdão, "para garantia da autonomia privada dos consumidores, os serviços adicionais devem ser meramente facultativos e disponibilizados apenas a pedido do cliente e nunca impostos por ativação automática pela empresa fornecedora."

Inteligência artificial em debate em maio

A 'tokenização', representação de ativos físicos por digitais, os avanços da inteligência artificial e o potencial de ganhos da Administração Pública com o digital são alguns dos temas em debate na 32.ª edição do congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC).

O evento anual volta a decorrer em formato híbrido a 9 e 10 de maio e tem como tema 'The Great Digital Tech Disruptions', contando com o ex-ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, como presidente. "O que temos vindo a fazer nos últimos anos é tentar transformar o nosso congresso em algo que seja interessante para um profissional do setor, seja em Portugal ou em qualquer lado do Mundo", afirma à Lusa o presidente da APDC, Rogério Carapuça.

Anacom regista queixas contra ativações sem consentimento em 2022

A Autoridade Nacional de Comunicações destacou, no seu balanço das reclamações registadas no ano passado, as "queixas motivadas pela ativação de serviços sem consentimento". A reguladora, liderada por João Cadete de Matos, destaca que este foi o "motivo de reclamação que mais aumentou contra a Nos e con-

tra a Meo", bem como "as queixas relativas à impossibilidade de barrar a ativação automática de pacotes de dados móveis, que foi o segundo motivo de reclamação que mais aumentou no período em análise no setor e contra a Vodafone". No total, no ano passado, a Anacom registou quase 110 mil reclamações escritas.



João Cadete de Matos lidera a reguladora das comunicações